

## DE COADJUVANTES A PROTAGONISTAS: O NOVO PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA GESTÃO DO TRÂNSITO BRASILEIRO

Rosane Uszacki<sup>1</sup>

Ângela Roxo da Silva<sup>2</sup>

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído em 1998, marcou a reorganização da mobilidade no país ao substituir o antigo Código Nacional de Trânsito. Criado para ampliar a educação, reduzir sinistros e fortalecer a segurança viária, estabeleceu a divisão de competências entre União, Estados e Municípios, estruturando um sistema descentralizado.

Inicialmente, porém, grande parte das atribuições permaneceu concentrada nos órgãos estaduais, especialmente nos Detrans, responsáveis pela habilitação, registro de veículos e pela maior parcela da fiscalização. No Rio Grande do Sul, o DETRAN/RS tornou-se autarquia e ampliou sua atuação por meio de credenciamentos e convênios, mas a educação para o trânsito seguiu fragmentada.

Com o tempo, também evoluiu a compreensão social sobre o trânsito. Superaram-se visões reducionistas que o limitavam aos veículos ou colocavam o cidadão como agente passivo. O trânsito passou a ser entendido como espaço de convivência, diretamente ligado à cidadania e ao bem-estar coletivo.

A partir de 2016, e especialmente após 2020, mudanças legislativas ampliaram significativamente as competências municipais. A fiscalização passou a

---

<sup>1</sup> Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul – Escola Pública de Trânsito do DETRAN/RS – Contato: [rosane\\_u@hotmail.com](mailto:rosane_u@hotmail.com)

<sup>2</sup> Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul – Contato: [angela-silva@detran.rs.gov.br](mailto:angela-silva@detran.rs.gov.br)



ser majoritariamente compartilhada, e os municípios passaram a poder assumir processos como a suspensão do direito de dirigir e a gestão da indicação de condutor, antes restritos aos Estados.

No Rio Grande do Sul, o DETRAN/RS vem promovendo ajustes para viabilizar essa transição, oferecendo suporte técnico e tecnológico aos municípios. Essa transformação vai além do aspecto administrativo: representa uma mudança de paradigma, colocando os municípios no centro das políticas de mobilidade, dada sua maior proximidade com a realidade local. Ao mesmo tempo, reforça-se a importância da educação para o trânsito, com destaque para as Escolas Públicas de Trânsito e abordagens como a pedagogia urbana, voltadas à formação de cidadãos conscientes e ativos.

Embora ainda existam resistências, alguns municípios já se estruturam para assumir essas novas funções. O cenário atual, contudo, é claro: não há mais espaço para atuação secundária. Os municípios deixam de ser coadjuvantes e assumem o protagonismo na gestão do trânsito, contribuindo para cidades mais seguras, humanas e sustentáveis.